

## **INADIMPLÊNCIA DO CRÉDITO RURAL EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO PA CHAPADINHA NO MUNICÍPIO DE TUNTUM (MA)**

### ***RURAL CREDIT DEFAULT IN AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS: THE CASE OF PA CHAPADINHA IN THE TUNTUM CITY (MA)***

**Joab Magalhães Quirino**

Universidade Estadual do Estado do Maranhão (UEMA)  
joabmagalhaes06@gmail.com

**Uelson Serra Garcia**

Universidade Estadual do Estado do Maranhão (UEMA)  
uelsongarcia@gmail.com

**Stalys Ferreira Rocha**

Universidade Estadual do Estado do Maranhão (UEMA)  
stalysf.rocha@gmail.com

**Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati**

Universidade Estadual do Estado do Maranhão (UEMA)  
anjosottati@gmail.com

## **Grupo de Trabalho (GT): 5. Agricultura familiar e relações de gênero no meio rural**

### **Resumo**

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), instituído oficialmente em 1996, possui um importante papel para o desenvolvimento da região Nordeste do Brasil. Com a evolução do seu desenho normativo inicial, o programa passou a dar maior capilaridade aos recursos, disponibilizando crédito rural para diferentes categorias de agricultores familiares brasileiros. Sendo assim, o presente trabalho objetivou analisar os fatores da inadimplência do crédito rural Pronaf A, em área do assentamento familiar da reforma agrária do PA Chapadinha no município de Tuntum Maranhão. Foram aplicados 36 questionários no PA Chapadinha em três associações, Faixa, Javem e Bom Jesus, com a finalidade de avaliar os perfis dos tomadores de crédito e entender por meio da análise descritiva os principais fatores da inadimplência dos assentados. Os resultados obtidos constatarem que a inadimplência no PA Chapadinha tem como principais fatores o baixo nível de escolaridade, o envelhecimento da população, a falta de experiências anteriores com plantio e criação, a falta de assistência técnica e, de apoio das instituições governamentais.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Políticas Públicas; Financiamento; Assentamentos Rurais; Maranhão

### **Abstract**

*The National Program for Strengthening Family Agriculture (Pronaf), officially established in 1996, plays a significant role in the development of the Northeast region of Brazil. With the evolution of its initial normative design, the program began to give greater capillarity to resources, providing rural credit to different categories of Brazilian family farmers. Thus, the present study aimed to analyze the factors of default of rural credit Pronaf A, in the area of family settlement of the agrarian reform of the PA Chapadinha in the municipality of Tuntum Maranhão. A total of 36 questionnaires were applied in PA Chapadinha across three associations: Faixa, Javem and Bom Jesus, in order to evaluate the profiles of borrowers and understand through descriptive analysis the main factors of non-compliance of settled. The results show that the default in PA Chapadinha has as main factors the low level of education, the aging population, the lack of previous experiences with planting and breeding, the lack of technical assistance and, support of government institutions.*

**Key words:** Family Farming; Public Policies; Financing; Rural Settlements; Maranhão

## 1. Introdução

A agricultura familiar desempenha um papel importante para a produção de alimentos do Brasil, representando o maior contingente (77%) dos estabelecimentos agrícolas do país (IBGE, 2017). Apesar da sua importância, os agricultores familiares sempre enfrentaram diversos desafios, devido a fatores econômicos, sociais, o avanço tecnológico e outros. Diante disso, em 1995 o governo federal criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com o objetivo de promover o aumento da produção, oferecer crédito agrícola e garantir apoio institucional à agricultura familiar (Malysz; Chies, 2012; Grisa, 2017).

O PRONAF passou por diversas mudanças institucionais e financeiras em sua existência, buscando atender aos objetivos traçados. Desde a sua criação, o Programa já conta com doze subprogramas, três grupos e duas linhas de crédito que buscam dar capilaridade aos recursos e atender a diversidade da agricultura familiar (Neves; Schmitz, 2021). A quantidade de recursos e as condições de crédito variam de acordo com as modalidades dos grupos e os diferentes beneficiários.

Dentre as linhas de crédito especiais, uma foi criada especificamente para os agricultores assentados pelo PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária, o chamado PRONAF “A”, para disponibilizar recursos para os agricultores geralmente descapitalizados e dispersos em assentamentos rurais nas regiões mais pobres do país. Esses assentamentos foram criados na década de 1990, em diversas regiões do Brasil, garantiram o acesso à terra aos milhares de trabalhadores que se encontravam em situação de risco e vulnerabilidade social (Costa; Melo, 2011).

Os projetos de assentamento do Incra denominados Projetos de Assentamento (PA), na forma tradicional, contavam com a instalação das famílias, além da concessão dos primeiros créditos e investimentos em infraestrutura como, estradas, habitação, eletrificação e abastecimento (INCRA, 2021). Esse é o primeiro passo para estruturar uma comunidade nas terras da união e o segundo passo é a implementação do PRONAF para que as famílias possam desenvolver as suas atividades na agricultura e pecuária. Apesar dos avanços, ainda são encontrados diversos problemas no que tange a disponibilidade, o acesso e a má gestão dos recursos (Solano, 2017).

Segundo Arruda e Araújo (2019), existem diversas etapas durante todo o procedimento da aquisição do Crédito Rural, tais como: documentação, projeto técnico, burocracia, inadimplência etc. Os agricultores se tornam inadimplentes quando não conseguem efetuar o pagamento das parcelas para instituição que disponibilizou o crédito. Diante disso, observa-se que o crédito agrícola, por si só, não basta para melhorar as condições de vida das famílias que moram nos assentamentos rurais.

Dessa forma, o objetivo desse estudo foi analisar os fatores da inadimplência do crédito rural Pronaf A em área de assentamento familiar da reforma agrária do PA Chapadinha, no município de Tuntum- MA.

Esta análise é importante e se justifica pela necessidade de uma melhor compreensão acerca dos fatores que contribuem para a inadimplência das famílias que residem em áreas de reforma agrária no Maranhão.

## 2. Assentamentos rurais do INCRA

O assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra, onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário (INCRA, 2021). Os assentamentos rurais têm por seu objetivo estimular políticas

públicas voltadas para agricultura familiar na concessão de terras, para que eles possam trabalhar de forma digna.

Na Constituição Federal de 1988, os requisitos para promover a reforma agrária foram contemplados no Capítulo III – Da Política Agrícola e Fundiária da Reforma Agrária, em seus artigos 184 a 191, no qual está expressa a possibilidade de desapropriação de imóvel rural para a reforma agrária, desde que este não esteja cumprindo sua função social (Marchetti, Marques, *et al.*, 2020, p.293).

A distribuição de terra ocorre sob o controle do Estado, estimulando, orientando e/ou prevenindo os movimentos espontâneos da população. A criação do INCRA é fruto das políticas ocupacionais do governo (Filocreão; Silva, 2016, p. 148). A terra é entregue as famílias que se encontram sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias (INCRA, 2021). Essas são as condições imposta pelo governo, pois as unidades agrícolas são entregues a quem realmente precisa, por isso são realizadas buscas no CPF para avaliação socioeconômica de cada indivíduo.

Os assentamentos podem ser divididos em dois grupos:

- I - Os criados por meio de obtenção de terras pelo Incra, na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamento (PA), que incluem os ambientalmente diferenciados e o Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável (PDAS);
- II - Os implantados por instituições governamentais e reconhecidos pelo Incra para acesso a algumas políticas públicas do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) (INCRA, 2021).

Geralmente a criação dos assentamentos inicia-se a partir do interesse coletivo de determinados grupos de pessoas, sob estrutura de associativismo, uma das exigências para acesso ao PNCF é que os trabalhadores rurais estejam organizados em associações (Matos, 2012). Cada associação possui uma diretoria onde são eleitos democraticamente por mandatos de 4 anos, de acordo com estatuto da associação local, o representante da comunidade solicita abertura do assentamento rural em uma das unidades regional do INCRA do determinado município, cada PA do INCRA pode existir várias associações variando de acordo com a quantidade de hectare do PA. O INCRA envia um corpo técnico até o PA para explicar a modalidade do assentamento Rural e fazer o cadastro dos interessados.

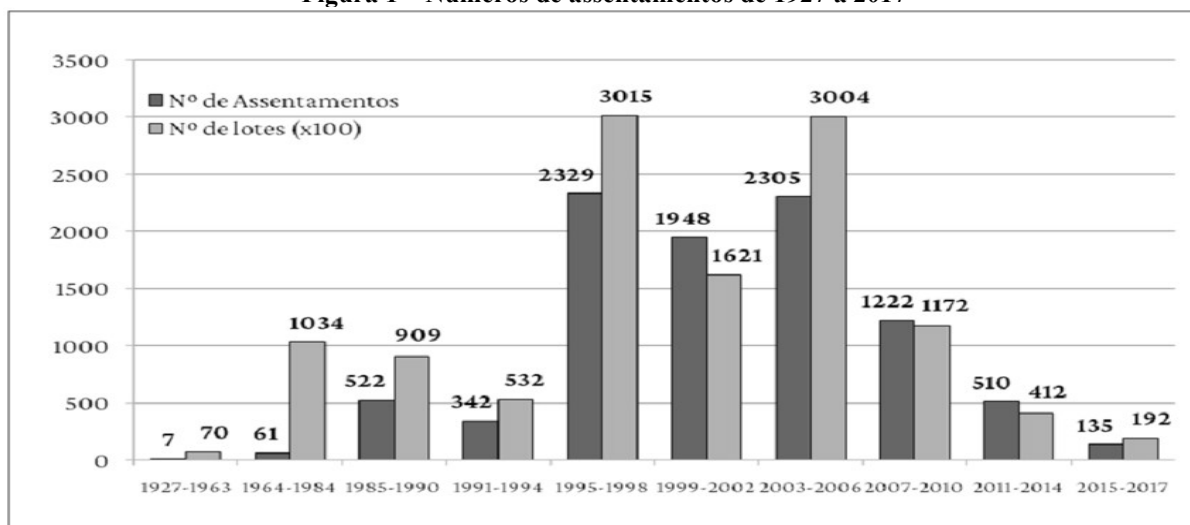
Na base de dados do SIPRA, são cadastrados tanto os projetos de assentamentos de reforma agrária criados através da obtenção de terras pelo INCRA, na forma tradicional denominados de Projetos de Assentamentos (PAs); os ambientalmente diferenciados, denominados Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs), Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs) e Projetos de Assentamento Florestal (PAFs) e, ainda, os projetos de assentamento de reforma agrária reconhecidos pelo INCRA, criados por outras instituições governamentais para acessar às políticas públicas do PNRA (Filocreão; Silva, 2016, p. 147).

Dessa forma, inicia-se a comunidade e nessa fase a família recebe sua gleba para explorar e morar, após a instalação das famílias e de posse de um Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), o Incra começa com os investimentos em obras de infraestrutura dos assentamentos (INCRA, 2021).

No Brasil, segundo dados do INCRA atualizados até 31 de dezembro 2017, existem 9.374 assentamentos de reforma agrária criados pelo governo federal, ocupando uma área de aproximadamente 87.978.mil hectares onde estão assentadas 972.289 famílias (Santana; Silva, 2018).

A figura 1, mostra que em 1927, existiam apenas 7 assentamentos no Brasil, e foram fundados até dias atuais mais de nove mil assentamentos, esses assentamentos beneficiam centenas de agricultores em quase todas as regiões brasileiras, mudando a realidade da agricultura familiar, onde antes terras eram improdutivas. Os anos de 1995 e 2003 caracterizam-se como aqueles que mais assentamentos foram fundados no Brasil, mas nos últimos anos poucos assentamentos foram criados, devido principalmente, a crise política existente no país, que trouxe significativas mudanças na estrutura política interna, no qual retirou o protagonismo da agricultura familiar no governo federal, subordinando as demandas da categoria ao MAPA, pasta que, historicamente, atende à demanda da agricultura patronal (Marchetti, Marques, *et al.*, 2020).

**Figura 1 – Números de assentamentos de 1927 a 2017**

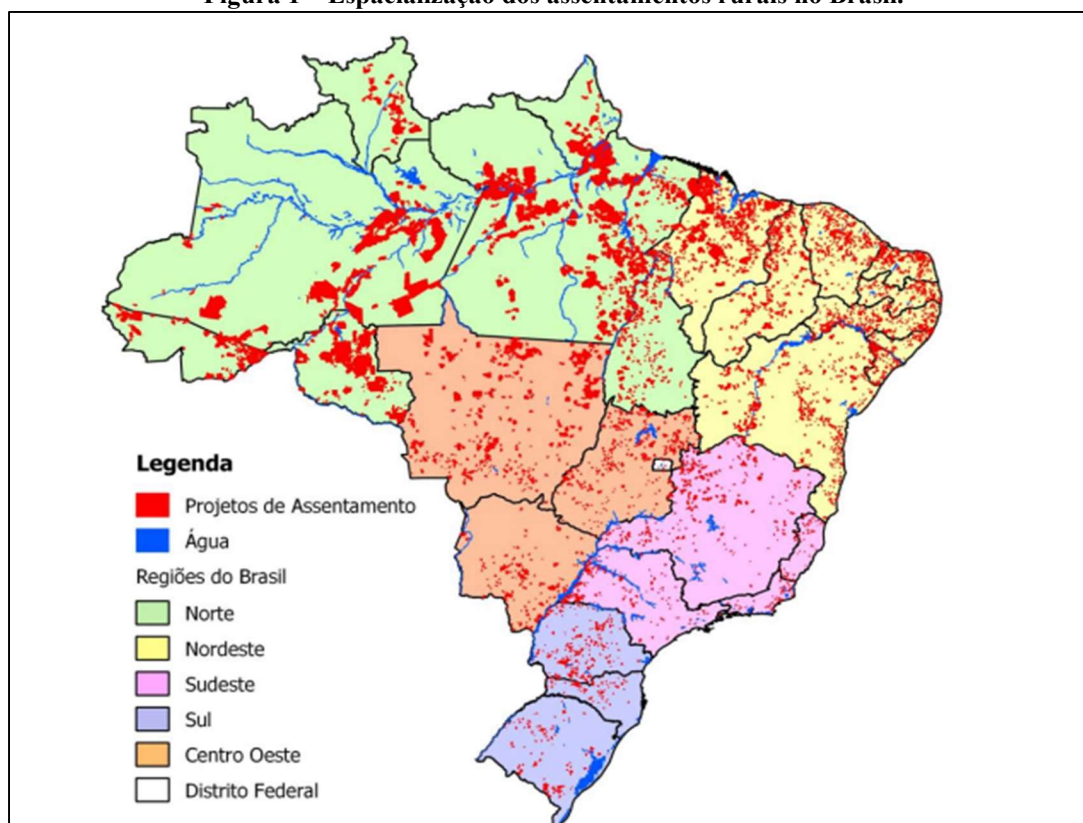


Fonte: (Brasil, 2017 apud MARCHETTI, *et al.*, 2020)

A questão agrária brasileira está intimamente ligada ao processo histórico de colonização do país. Desde os primórdios das capitanias hereditárias, passando pelos diversos ciclos econômicos (açúcar, mineração, café, pecuária, borracha, algodão etc.) até os dias atuais, a questão da posse da terra sempre esteve presente no cenário político nacional (Mattei, 2012, p.301).

Mesmo no século 21, os grandes lotes de terras ainda estão em posse de uma minoria, ou seja, o legado histórico brasileiro da questão agrária diz respeito à concentração acentuada da terra nas mãos de poucos. A dificuldade em promover a desapropriação de terras é um dos fatores que dificultam a criação dos novos assentamentos rurais no Brasil, outro entrave é a burocracia relacionada a compra das terras por parte do governo, que leva anos para ser efetivado, isso desmotiva o agricultor rural.

**Figura 1 – Espacialização dos assentamentos rurais no Brasil.**



Fonte: Gosch (2020)

Os assentamentos rurais estão distribuídos em quase em todas as regiões do Brasil. De acordo com Gosch (2020), quase a totalidade da área incorporada à reforma agrária (97%) e das famílias assentadas (91%) se localizam nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, isso mostra a importância dos assentamentos rurais como unidades agrícolas de produção, onde os agricultores produzem alimentos tanto de origem vegetal e animal.

No Maranhão existem aproximadamente 954 projetos de assentamentos, somando 124.289 beneficiários com 132.30 famílias assentadas e um total de assentamentos que chegam a 1.028. Segundo dados da Secretaria Municipal de Agricultura Pecuária Pesca e Abastecimento, no Município de Tuntum foram adquiridas 17 áreas do Crédito Fundiário, contemplando 742 famílias que estão assentadas em 12.238,62 hectares e mais 01 área que foi obtida através do PCT que contemplou 34 famílias, num total de 810 hectares. Portanto, o município de Tuntum possui um total de 13.048,62 ha disponibilizados em sua grande maioria em áreas de assentamento do Crédito Fundiário, considerando também os 06 assentamentos do INCRA que somam 33.476,86 ha dentro do Município do Tuntum (Matos, 2012, p.77).

### 3. Crédito rural PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi instituído em 1996, com o objetivo de aumentar a produção agrícola, a geração de emprego, a melhoria da renda líquida, possibilitando uma melhora na qualidade de vida dos agricultores familiares.

Conforme Campelo, *et al.* (2008, p.4):

O crédito pode ser considerado importante porque capitaliza os agricultores e empreendedores a realizarem novos investimentos ou adotarem novas tecnologias, estimulando a produção de alimentos, contribuindo para a geração de novos empregos no meio rural, além do que os itens financiáveis nos grupos do PRONAF, têm relação direta com as atividades produtivas ou de serviços, com a finalidade de promover o aumento da produtividade e renda do produtor rural.

O PRONAF é operacionalizado principalmente por bancos públicos e cooperativas de crédito sendo que os recursos são emprestados pelo governo federal, com objetivo de garantir que sejam praticadas taxas muito baixas de juros, facilitando assim o acesso dos agricultores aos recursos. Uma vez definidos como beneficiários do Pronaf, os agricultores familiares são classificados em 4 grupos – A, B, C e D. O grupo A é formado por assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (Costa; Melo, 2011). De acordo com Troian e Machado (2020), desde sua criação o Pronaf precisou ser modificado diversas vezes, principalmente na sua estrutura, sendo que a primeira modificação foi no período de 1996 a 1999 em relação a taxa de juros, enquanto a outra modificação foi em relação com a classificação dos grupos.

De acordo com Costa e Melo (2011), os beneficiários do Pronaf precisam comprovar sua condição de agricultor familiar, e que se enquadra em um dos quatro grupos do programa mediante a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Em 2017, o Decreto n. 9.064, de 31 de maio, instituiu o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), onde passaram a ser registrados os beneficiários da política nacional da agricultura familiar e outros públicos. Esse cadastro substituiu a Declaração de Aptidão ao Pronaf para fins de acesso às ações e às políticas públicas destinadas às Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) e aos empreendimentos familiares rurais. (Pretto; Horn, 2019, p.39).

Para que haja a liberação do recurso, além da DAP, os proponentes também precisam apresentar um projeto técnico para que a instituição financeira possa avaliar o tomador de crédito, assim como a viabilidade econômica.

A disponibilidade de crédito do PRONAF, segundo o MDA, é para financiar projetos individuais e coletivos de maneira a proporcionar renda aos agricultores familiares e assentados. Contudo, para o enquadramento no programa, no caso dos assentados que buscam o acesso ao crédito, existem duas opções: custeio e investimento para aquisição de máquinas, equipamentos, infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. Após a decisão do que financiar, o assentado deve procurar o órgão responsável para a elaboração de projeto e seu encaminhamento à agência que o qualificará com uma Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Para obter o crédito, o assentado necessita fornecer alguns dados na declaração, tais como: renda anual e atividades exploradas, além de provar que está isento de dívidas. Por fim, as formas e condições de pagamento e suas taxas de juros são fixadas de acordo com a linha de crédito escolhida pelo assentado (Amorim, et al, 2014, p.55).

O Pronaf também possui diferentes subprogramas ou linhas de crédito, com juros reduzidos e condições diferenciadas, que buscam promover o acesso ao crédito rural para beneficiários com características distintas. Além disso, essas fontes de financiamento incentivam a pesquisa, inovação tecnológica e transição agroecológica, viabilizando também a inclusão produtiva de mulheres e jovens rurais. Porém, Campelo *et al.* (2008) explicam que apesar dessas linhas de financiamento estarem disponíveis, o acesso dos agricultores ao recurso

e a falta de compreensão das particularidades de cada subprograma, por parte dos agentes financeiros, dificulta ou até mesmo torna inviável a obtenção desses incentivos.

Nesse contexto, o Pronaf A disponibiliza crédito rural para os assentados do Programa Nacional da Reforma Agrária do INCRA, sendo que o valor máximo é de R\$ 30 mil reais, para que o agricultor possa investir na terra. Para Arruda e Araújo (2019), a criação desta linha de crédito teve como objetivo atender aos pequenos agricultores familiares, visando ampliar o acesso dos agricultores considerados "periféricos" e presentes nas regiões Norte e Nordeste do País. Segundo Abramovay e Veiga, (1998, p. 7):

O PRONAF visa promover investimentos baseados em compromissos negociados entre os beneficiários, os poderes municipais e estaduais e a sociedade civil organizada para possibilitar: (i) a implantação, ampliação, modernização, racionalização e realocização de infra-estrutura necessária ao fortalecimento da agricultura familiar.

Portanto, o governo precisa dispor de infraestrutura para que o agricultor possa ter melhor acomodação na zona rural, sendo um compromisso firmado entre os poderes. A criação do PRONAF procura atender não somente necessidades sociais, mas também, e ao mesmo tempo, promover a viabilidade econômica de estabelecimentos produtivos cujo tamanho esteja ao alcance da capacidade produtiva de uma família (Solano, 2017).

De fato, a discussão proposta demonstra o importante papel do crédito rural para o desenvolvimento rural. Diante disso, cabe ao agricultor familiar/administrador decidir sobre as questões essenciais de seu empreendimento rural, como o que produzir, quanto produzir, como produzir e para quem produzir (Solano, 2017). O Pronaf foi um dos grandes programas do governo federal já criado, pois ajuda os produtores rurais a saírem da pobreza, garantindo a eles acesso à crédito que possa mudar a realidade do meio rural.

#### **4. Inadimplência dos tomadores de crédito PRONAF**

A inadimplência pode ser compreendida como a falta de pagamento, no período acordado, de recursos obtidos por meio de um contrato de empréstimo. De certo modo, isso ocorre, quando o devedor não possui meios para quitar o débito ou quando, mesmo tendo os meios para efetuar o pagamento, o tomador de crédito decide não pagar (Sales *et al.*, 2006).

O Nordeste brasileiro é a região mais carente do Brasil, os agricultores precisam constantemente solicitar crédito rural para investir no seu negócio, sendo assim o banco do Nordeste é a principal instituição financeira, principalmente no Maranhão.

Numa trajetória caracterizada por ações de desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) vem atuando desde o ano de 1952, e tem como área de abrangência geográfica os nove estados da região Nordeste e o norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, área definida como de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Nunes; Rodrigues; Escobar, 2021, p. 281).

O Banco do Nordeste vem sendo essencial para o desenvolvimento do agronegócio, dados mostra que o nordeste tem uma participação atrás de outros estados brasileiros em relação do montante dos recursos distribuídos pelo Pronaf.

No período entre 1999 e 2017 houve um repasse de R\$ 309 bilhões distribuídos entre as regiões brasileiras, e desse montante a Região Sul foi a maior beneficiária, financiando mais de R\$ 158 bilhões, equivalente a 51,12% do total de recursos liberados no período. A Região Sudeste, segunda maior beneficiária do Programa, financiou mais de R\$ 63 bilhões, equivalente a 20,38%; já a região Nordeste financiou R\$ 45 bilhões, equivalente a 14,77%; a região Centro-Oeste financiou mais de R\$ 21 bilhões, equivalente a 7,08%, e por fim, a região Norte, a menos beneficiada, financiou mais de R\$ 20 bilhões, equivalente a 6,66% (Troian; Machado, 2020, p.4).

Segundo Troian e Machado (2020), o Nordeste apresenta, mais de 50% dos estabelecimentos de base familiar do país. Os agricultores localizados no Norte e Nordeste, possuem características diferentes dos agricultores localizados na região Sul, pois possuem uma agricultura menos mercantilizada e com menor emprego de tecnologia. Quando se fala sobre pequenos agricultores, diz respeito a dificuldades, e essas dificuldades estão ligadas a alguns aspectos fundamentais como: pouco investimento nas áreas de cultivo; ausência de uma cultura associadas à adoção de modernização e déficit de capacitação (Troian; Machado, 2020).

A falta de assistência técnica contínua para os produtores rurais e orientações corretas de como aplicar o crédito rural, pode contribuir para a inadimplência dos agricultores familiares. Além disso, a falta de planejamento ou da análise de viabilidade econômica do investimento, são elementos que também podem favorecer o endividamento de um empreendimento familiar.

Na perspectiva de Costa e Melo (2011), os principais fatores determinantes da inadimplência são: A baixa renda familiar, o baixo nível de escolaridade, o gênero, bem como fatores referentes a preços dos produtos, tais como meios de comercialização da produção, utilização de maquinários e equipamentos, experiências anteriores (plantio/criação) e tamanho da área (hectares). Nesse sentido, percebe-se que os fatores sociais também influenciam no endividamento das populações rurais. Ainda conforme esses autores:

Os constantes adiamentos dos prazos para efetivação dos pagamentos das dívidas securitizadas ampliam os custos para o Tesouro Nacional com equalização dos juros e criam um efeito negativo junto aos agricultores. Enquanto o processo de negociação estiver sendo alterado, os agricultores buscarão incluir novos financiamentos no processo de negociação, independentemente de terem ou não sofrido as consequências negativas dos planos econômicos que geraram o processo de negociação anterior (Costa; Melo, 2011, p.109)

Portanto, a falta de pagamento do débito gera problema para ambas as partes, pois enquanto a instituição não receber o pagamento, o agricultor fica sem credibilidade com as instituições financeiras. Dessa forma, o endividado pode ficar seriamente negativado e com o nome cadastrado no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e na Serasa (Nunes; Rodrigues; Escobar, 2021).

## 4. Metodologia

### 4.1 O local do estudo – O PA Chapadinha no município de Tuntum

O Projeto de Assentamento Chapadinha está localizado no município de Tuntum, na Mesorregião do Centro do Maranhão, distante 372 km da capital (Figura 2). Segundo o IBGE (2021), a população estimada do município é de 42.242 habitantes.

**Figura 2 – Localização geográfica do município de Tuntum.**



Fonte: IBGE (2021).

No município de Tuntum existem ao menos seis Projetos de Assentamento, sendo eles: PA Santa Tereza, PA Coceira/Nova Alegria, PA Caxixí, PA Bacaba, PA Brejo do João e o PA Chapadinha. O Projeto MA0309000 – PA Chapadinha (05°39'46,49" S; 44°49'38,16" O) possui uma área total de 3,4 mil (ha), com cerca de 110 famílias assentadas no ato da criação, sendo que a área utilizada para a formação do assentamento foi desapropriada em 1998 (Figura 3). O PA Chapadinha é composto pelas associações Faixa, Javem e Bom Jesus, fonte desse estudo.

**Figura 3 – Identificação georreferenciada do PA chapadinha**



Fonte: SICAR (2021).

#### 4.2 Tipo de pesquisa, fonte dos dados e métodos de análise

O estudo no PA Chapadinha no município de Tuntum – MA, foi realizado sob os métodos quantitativo e qualitativo. A pesquisa quantitativa trabalha com dados numéricos e emprega recursos e técnicas estatísticas para classificá-los e analisá-los, tais como a porcentagem, a média, o desvio padrão, o coeficiente de correlação e as regressões, entre outros. Já as pesquisas qualitativas buscam o entendimento de fenômenos complexos específicos, em profundidade de natureza social e cultural, mediante descrições, interpretações e comparações, sem considerar os seus aspectos numéricos em termos de regras matemáticas e estatísticas (Fontelles, *et al.*, 2009). Neste sentido, o objetivo da análise qualitativa neste estudo é analisar

as percepções, opiniões, valores e os perfis dos assentados. Quanto à análise e interpretação dos dados, o estudo de caso apresenta natureza predominantemente qualitativa, sendo o mais importante a preservação da totalidade da unidade social (Amorim, *et al.*, 2014).

O estudo do PA Chapadinha foi uma pesquisa de caráter exploratória. A pesquisa exploratória tem por objetivo aprimorar hipóteses, ou seja, fatos relacionados com a inadimplência dos assentados e validar instrumentos e proporcionar familiaridade com o campo de estudo (Gil, 2008). O estudo exploratório envolve as pessoas que poderiam integrar a amostra da pesquisa. Estas pessoas passam a ser entrevistadas, com vistas a obter conhecimento acerca de seu universo, desse modo o problema vai se aprimorando, tornando-se mais claro e mais específico, o que contribui para a construção de hipóteses mais pertinentes para a elaboração de instrumentos mais adequados para a coleta de dados (Gil, 2008).

A pesquisa foi feita no PA Chapadinha nas três associações: Faixa, Jávem e Bom Jesus, dos 110 beneficiários foram selecionados 36 tomadores de crédito PRONAF que adquiriram o crédito a mais de 10 anos, tendo passado os 3 anos de carência para a modalidade do PRONAF A. Foram utilizados dados primários obtidos por meio da aplicação de questionário semiestruturado, ou seja, que fornece aos assentados as opções a serem respondidas. As entrevistas semiestruturadas podem ser definidas como uma lista das informações que se deseja de cada entrevistado, mas a forma de perguntar (a estrutura da pergunta) e a ordem em que as questões são feitas variam de acordo com as características de cada entrevistado (Oliveira, 2011).

Para determinação dos fatores da inadimplência do crédito rural Pronaf no assentamento familiar da reforma agrária do PA Chapadinha, utilizou-se uma pesquisa de caráter descritiva.

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, o estabelecimento de relações entre variáveis [...]. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionário e observação sistemática (Gil, 2009, apud Amorim, et al 2014).

A pesquisa descritiva, neste caso, estuda as características de um grupo, analisando a sua distribuição por idade, sexo, nível de escolaridade, renda, nível de atendimento dos órgãos públicos na comunidade, indo além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, mas sim pretendendo determinar a natureza dessa relação com termo estudado (Gil, 2008).

Os dados obtidos por meio da aplicação dos questionários para determinação e análise dos fatores da inadimplência do crédito rural Pronaf na área de assentamento familiar, foram tabulados e tratados utilizando o Software Excel da Microsoft. Com o programa Excel foi possível a geração de tabelas e gráficos que favoreceram a apresentação e análise dos resultados.

## 5. Resultados e Discussão

A partir dos dados obtidos e da realização das análises descritivas, apresenta-se os resultados alcançados, estes dispostos na forma de gráficos e tabelas. Inicialmente, os dados referentes ao perfil dos assentados foram analisados de modo a evidenciar algumas particularidades desses beneficiários e, em seguida, se buscou compreender os fatores que contribuem para a inadimplência do crédito rural Pronaf na área de assentamento familiar da reforma agrária do PA Chapadinha.

### 5.1 Análise do perfil dos assentados do PA

Como ponto de partida, fez-se necessário realizar uma breve descrição dos resultados relacionados ao perfil dos beneficiários. Nesse sentido, verificou-se que dentre os 36 titulares que acessaram o crédito do PRONAF, 47% são mulheres e 53% são homens (Tabela 1). Esses resultados corroboram vários outros estudos que evidenciam a persistência do modelo patriarcal das unidades familiares nordestinas (Brandão 1993; Solano, 2017), no qual a administração é feita pelo chefe de família, que coordena as atividades no núcleo familiar e que assume a responsabilidade de conduzir o processo de obtenção do crédito. No entanto, chama a atenção o elevado percentual de titulares do sexo feminino, o que demonstra o crescimento do papel que a mulher possui para agricultura familiar da região.

**Tabela 1 – Caracterização do perfil dos beneficiários.**

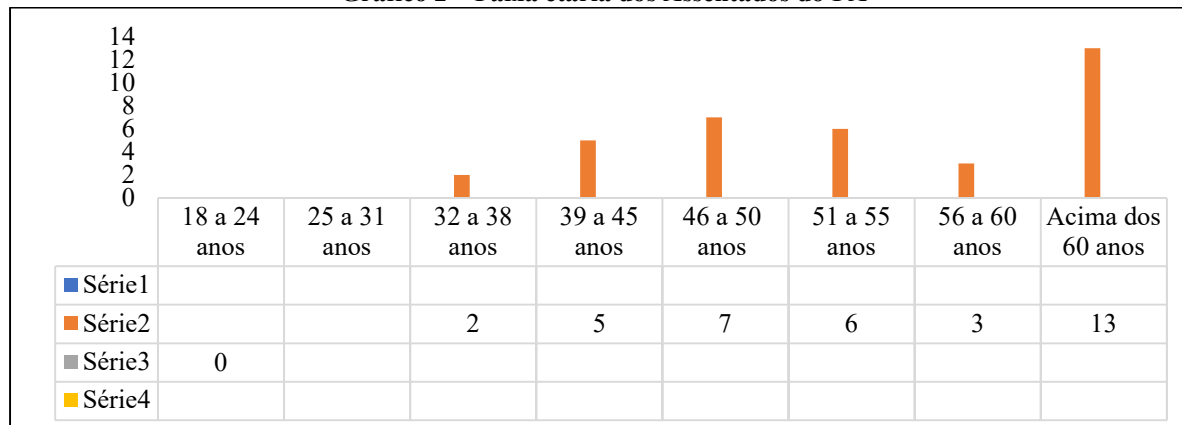
|                                |     |
|--------------------------------|-----|
| Sexo do titular                | %   |
| Feminino                       | 47% |
| Masculino                      | 53% |
| Estado de nascimento           | %   |
| Maranhão                       | 91% |
| Outros Estados                 | 9%  |
| Assentamento dos beneficiários | %   |
| Bom Jesus                      | 50% |
| Faixa                          | 28% |
| Javem                          | 22% |

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Ainda em relação a Tabela 1, observa-se que 91% dos beneficiários são maranhenses e que a maioria nasceu na própria região do PA Chapadinha. Além disso, a maioria dos entrevistados pertenciam a associação Bom Jesus, 28% da Faixa e 22% do Javem.

Quanto a faixa etária, verificou-se que a maioria dos entrevistados possuíam idade acima dos 60 anos, contudo, é necessário ressaltar que eles acessaram o recurso há cerca de 10 anos (Gráfico 2). Esse resultado evidencia o envelhecimento da mão de obra presente na região estudada, tendo ainda como agravante a completa ausência de agricultores jovens (nenhum citado com menos de 28 anos).

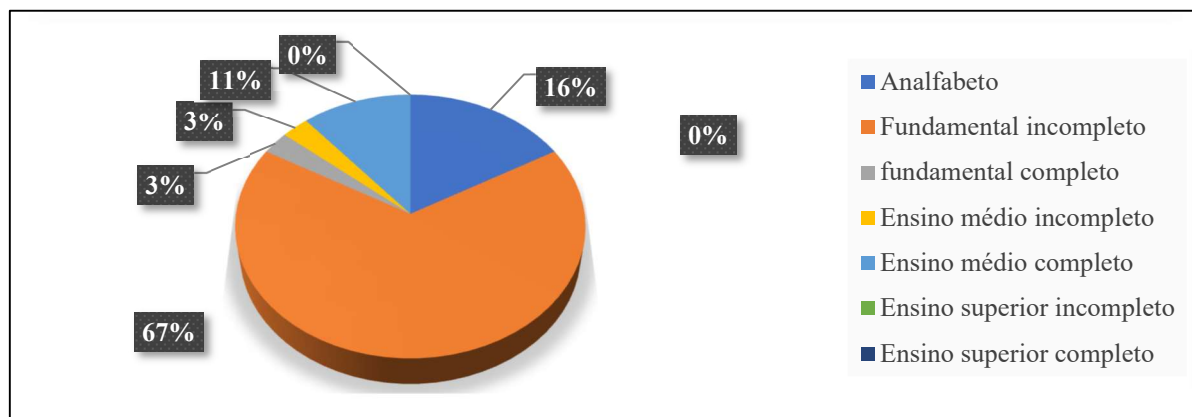
**Gráfico 2 – Faixa etária dos Assentados do PA**



Fonte: Dados da pesquisa.

No tocante ao grau de escolaridade dos assentados, o Gráfico 4 mostra que 16% dos entrevistados são analfabetos, 67% têm o ensino fundamental incompleto, ou seja, sabem assinar os próprios nomes e possuíam baixa leitura, 3% concluíram o ensino fundamental, 11% o ensino médio e nem um dos entrevistados ingressou no ensino superior. Tal constatação também é preocupante, tendo em conta que o nível de escolaridade tanto pode ser considerado um fator importante para mudar de forma positiva a realidade de uma região (Solano, 2017).

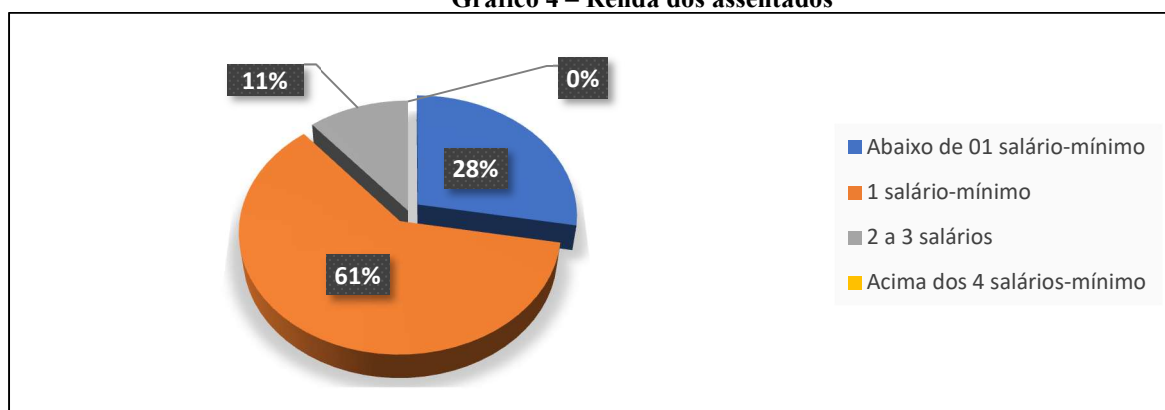
**Gráfico 3 – Grau de escolaridade dos entrevistados**



Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com Gráfico 4, quando indagados sobre a renda familiar mensal, cerca de 61% dos entrevistados responderam que vivem apenas com salário-mínimo, 28% têm uma renda abaixo de 1 salário-mínimo e apenas 11% dispõem de 2 a 3 salários, sendo que esse valor é proveniente de duas aposentadorias que compõem a renda familiar desses assentados. Contudo, constatou-se que até a data da entrevista, apenas a minoria deles conseguia obter uma renda acima dos 2 salários, mesmo conciliando atividades agrícolas e não-agrícolas.

**Gráfico 4 – Renda dos assentados**



Fonte: Dados da pesquisa

Em relação as fontes de renda, 35% dos entrevistados afirmaram que a atividade agrícola, no sistema de “roça no toco” (broca, derruba e queima), é a principal fonte de renda da família pecuária (Tabela 2). Por outro lado, cerca de 30% apontaram que a aposentadoria rural é principal fonte de renda, em 16% são provenientes da pecuária, 10% de benefícios

sociais e 9% não quiseram falar a origem da sua renda. De acordo com Kageyama (2003), a renda dos domicílios agrícolas, localizados nas regiões mais pobres do país, é composta pela combinação do valor obtido por meio da produção agropecuária e das “rendas não-agrícolas”, que são as rendas advindas de atividades exercidas em outros setores da economia (pluriatividade) e de benefícios sociais (pensões, aposentadorias e abonos).

**Tabela 2 – Principais fontes de renda familiar do PA**

| Origem da Renda:  | %   |
|-------------------|-----|
| Agricultura       | 35% |
| Aposentadoria     | 30% |
| Pecuária          | 16% |
| Auxílio Brasil    | 10% |
| Outras atividades | 9%  |

Fonte: Dados da pesquisa

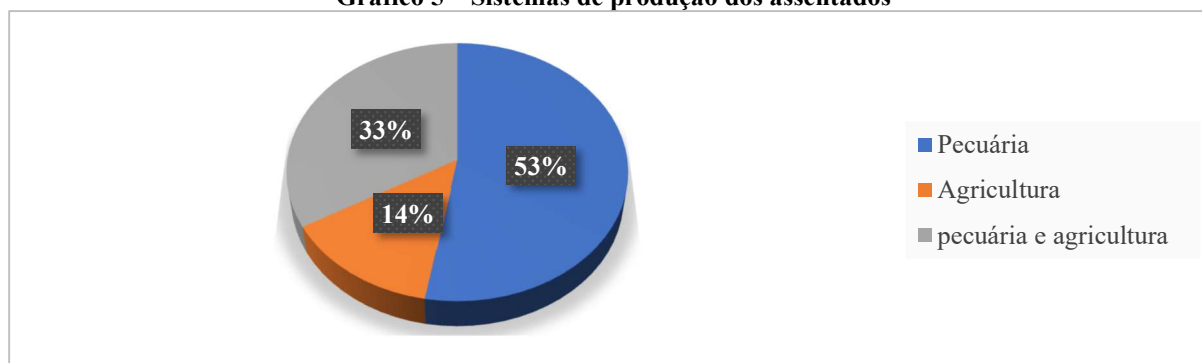
No tocante a experiência com atividades não-agrícolas, 59% dos assentados responderam que não possuíam, ou seja, eles sempre desenvolveram atividades predominantemente agrícolas. Contudo, cerca de 41% dos entrevistados responderam que possuíam. De fato, isso é bem comum no Nordeste, tendo vista que a figura masculina acaba se afastando do seu domicílio alguns períodos, com o intuito de obter outras fontes de renda para a família.

### 5.1 Análise dos fatores que levaram os assentados a se tornarem inadimplentes

Nesta seção serão discutidos os principais fatores que estão ligados com inadimplência dos assentados e as suas possíveis causas. Convém frisar que, entre os anos de 2000 a 2010, foi o período em que os assentados receberam o crédito PRONAF para financiar suas atividades. Deste modo, cerca de 53% utilizaram esses recursos em projetos destinados para a pecuária, especificamente para criação de caprinos ou bovinos, 14% exclusivamente para a agricultura e 33% para as duas modalidades (Gráfico 5). Não foi possível a construção de açudes no PA Chapadinha, devido ao solo da região ser constituído de 85% de terras arenosas e com baixo teor de argila, ou seja, o solo possui baixa capacidade de retenção de água.

Porém, os entrevistados relataram que tiveram dificuldades com o manejo animais, por vezes, intitulando os animais de “brabos”, resultando na diminuição dos rebanhos ou a desistência da atividade. Tal dificuldade não é exclusiva do assentamento estudado, Dias e Neto (2018) também evidenciaram que a falta de acompanhamento técnico, logo depois do período de implantação e conseqüentemente, dos primeiros meses da aquisição dos animais, contribuiu para o fracasso do projeto, tendo em vista que determinadas dificuldades no manejo só poderiam ser sanadas através dos técnicos.

**Gráfico 5 – Sistemas de produção dos assentados**



Fonte: Dados da pesquisa

Com relação ao manejo cultural, a Tabela 3 demonstra que 69% dos entrevistados utilizaram máquinas para a realização do plantio e realizaram calagem para correção do solo. Já em relação a origem das sementes utilizadas, 97% informaram que elas foram compradas de acordo com as orientações do projeto do PRONAF. Quanto ao uso de produtos químicos, verificou-se que a maioria dos beneficiários não fizeram o uso de produtos químicos para controle de pragas e doenças, sendo que o controle de ervas-daninhas foi feito por meio da capina manual. De fato, a maioria dos Programas de acesso ao crédito do PRONAF tem como objetivo incentivar o uso de práticas mais sustentáveis na agricultura (Costa; Melo, 2011). Além disso, os agricultores familiares têm uma adesão mais baixa ao uso de produtos químicos, o que torna a atividade mais agroecológica, porém, por vezes, menos competitiva.

**Tabela 3 – Manejo cultural**

|   |                                                                                 |     |
|---|---------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1 | O uso de máquinas                                                               | %   |
|   | Sim                                                                             | 69% |
|   | Não                                                                             | 21% |
| 2 | Plantio: semente compradas?                                                     | %   |
|   | Sim                                                                             | 97% |
|   | Não                                                                             | 3%  |
| 3 | Uso de produtos químicos para o controle de ervas - daninhas, pragas e doenças? | %   |
|   | Sim                                                                             | 6%  |
|   | Não                                                                             | 94% |

Fonte: Dados da pesquisa

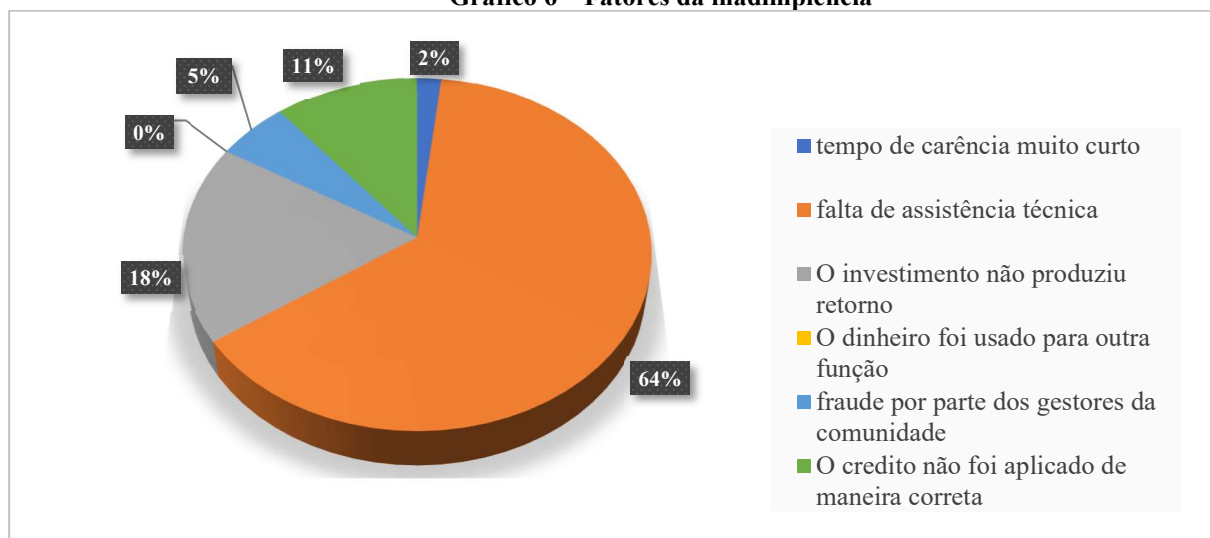
Quando indagados se o PRONAF contribuiu para a geração de renda para o ambiente familiar, 100% das respostas foram positivas. Nesse sentido, Campelo *et al.* (2008) destaca a importância deste incentivo para os agricultores, tendo em vista que permite a realização de novos investimentos, estimula a produção de alimentos e contribui para a geração de novos empregos no meio rural. De fato, o fortalecimento das políticas que proporcionam o acesso ao crédito rural é um instrumento fundamental para promover a mudança na realidade dos assentados, pois contribui para a erradicação da extrema pobreza do meio rural.

Em relação a assistência técnica, 92% dos assentados afirmaram que não tiveram qualquer auxílio profissional e nem o apoio das organizações públicas que atuam no Maranhão. Todavia, no projeto do PRONAF havia a previsão desse serviço, sendo inclusive destinado uma parte do valor para a contratação de profissionais com expertise na área, tais como: técnicos

agropecuários, agrônomos e médicos veterinários. Novamente, reporta-se aqui que 100% dos entrevistados responderam que não tiveram qualquer treinamento ou curso, relacionado ao manejo dos animais. A falta de apoio técnico pode ter contribuído negativamente para o desenvolvimento das atividades no Projeto de Assentamento. Conforme destaca Campelo *et al.* (2008) em seu trabalho, o acompanhamento técnico efetivo, com orientação antes, durante e depois a contratação do financiamento, contribui de maneira significativa para que o assentado esteja preparado para receber e aplicar adequadamente cada parcela do financiamento (Campelo, *et al.*, 2008).

No que se refere ao pagamento das parcelas do PRONAF, 98% dos entrevistados estavam inadimplentes junto a instituição financeira, sendo que apenas 11% deles afirmaram ter amortizado pelo menos uma parcela do financiamento. De maneira geral, o Gráfico 6 evidencia os principais motivos que contribuem para essa inadimplência, segundo a visão dos assentados: a) falta de assistência técnica (64%); b) o investimento não produz retorno (18%); c) o crédito não foi aplicado de maneira correta (11%); d) fraude por parte dos gestores da comunidade (5%); e, tempo de carência muito curto (2%). Nesse sentido, Costa (2008) destaca a importância da assessoria técnica específica para áreas de assentamento do INCRA, de modo a promover de fato a viabilidade econômica e a sustentabilidade ambiental dessas áreas, propondo métodos e instrumentos de gestão capazes de monitorar, avaliar e promover as devidas correções das ações técnicas com a participação efetiva dos assentados.

**Gráfico 6 – Fatores da inadimplência**



Fonte: Dados da pesquisa.

Por fim, quando questionados se optariam por ter aplicado o recurso em outra atividade, apenas 37% responderam que tal escolha poderia gerar condições para pagar suas parcelas, enquanto 63% responderam que, mesmo assim, não teriam conseguido. A percepção dos assentados era que a criação de animais era um bom investimento, no entanto a carência de acompanhamento técnico inviabilizou um retorno mais aceitável do investimento. Sendo assim, este estudo aponta o importante papel que a assessoria técnica contínua e a promoção de parcerias com os órgãos e instituições ligadas ao rural possui para a conscientização do produtor rural, acerca da correta aplicação dos recursos contratados, de modo a contribuir para a promoção de qualidade de vida dessas famílias assentadas.

## 6. Conclusão

As políticas de crédito rural destinadas aos assentados da reforma agrária, trouxeram oportunidades para essas famílias por meio de linhas de crédito de baixo custo, idealizadas para promover o desenvolvimento socioeconômico e melhorias na qualidade de vida para os beneficiários. Diante desse contexto, o presente trabalho teve como objetivo avaliar os fatores da inadimplência do crédito rural PRONAF A em área de assentamento familiar da reforma agrária do PA Chapadinha, no município de Tuntum- MA.

A partir das entrevistas realizadas com os assentados beneficiários do PRONAF A, constatou-se que os assentados apresentam baixa escolaridade e a maioria vivem com apenas um salário-mínimo. Além disso, os resultados corroboraram outros estudos que apontam o elevado nível de envelhecimento populacional nos assentamentos, o que compromete a manutenção e o desenvolvimento das atividades no assentamento analisado. Outro ponto que merece destaque são as precárias condições estruturais dos assentamentos, como estradas, energia elétrica, saúde e comunicações, fatores que podem comprometer a sua sobrevivência no campo.

De todo modo, as evidências encontradas nesse estudo reforçam a importância do PRONAF A para a geração de renda nos assentamentos rurais da reforma agrária, pois o programa garante aos produtores oportunidades de investir nas suas propriedades. Tal fato, demonstra que as políticas públicas de crédito para as áreas rurais são um instrumento importante para a erradicação da extrema pobreza do meio rural, desde que haja o devido acompanhamento técnico.

Em relação a inadimplência dos assentados localizados no PA Chapadinha, observa-se que os principais fatores que contribuem para essa situação são, o baixo nível de escolaridade, o envelhecimento da população, a falta de experiência anteriores com plantio e criação, a falta de assistência técnica e de apoio das instituições governamentais.

Por fim, os resultados apresentados nesse estudo indicam a necessidade de se verificar as condições de outros assentamentos do Maranhão, tendo em vista que podem ser constatadas situações semelhantes. Dessa forma esse trabalho serve inicialmente de alerta, na busca para contribuir e agregar resultados para novas pesquisas com este tema.

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**, Brasília, 1998.

AMORIM, Fernando Rodrigues *et al.* A grau de inadimplência do PRONAF no assentamento de reforma agrária de Ibitiúva no município de Pitangueiras - SP. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, São Paulo, p. p.53-62, 2014.

ARRUDA, Rafael; ARAÚJO Victória. A agricultura familiar e as causas que geram o êxodo rural. **Enciclopédia Biosfera**, v.16 n.29, p. 7-16, 19 abr. 2019.

BRANDÃO, C. R. Parentes e Parceiros In: ARANTES, A. A.; et al. **Colcha de retalhos: estudo sobre a família no Brasil**. São Paulo: UNICAMPI, 1993. 205p.

CAMPELO, Lilian *et al.* Acesso ao crédito PRONAF nos assentamentos rurais: visão da assessoria. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46, 2008, Rio Branco/Acre. **Anais [...]** Rio Branco, AC: SOBER, 2008. Disponível em: <[www.sober.org.br/palestra/9/687.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/9/687.pdf)>. Acesso em: 15. fev. 2025.

COSTA, Célio; MELO, Paulo J. N. Fatores determinantes da inadimplência do crédito rural PRONAF em áreas de assentamento de reforma agrária no nordeste do estado do Pará. **Economia e desenvolvimento**, Recife, p. 102-130, 2011.

COSTA, Celio J. Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia – Mestrado Profissional – da Universidade Federal do Ceará. **Fatores determinantes da inadimplência do crédito rural PRONAF em áreas de assentamento de reforma agrária no nordeste do estado do Pará**, Ceará, 2008.

DIAS, Patrícia Araújo Medeiros; NETO, Ernesto Alexandre Tacconi. Políticas públicas para agricultura familiar: um estudo de caso dos impactos do Pronaf no assentamento Vingt Rosado-Mossoró/RN. **EmpíricaBR-Revista Brasileira de Gestão Negócio e Tecnologia da Informação**, v. 1, n. 1, p. 8-29, 2018.

FILOCREÃO, Antônio; SILVA, Irenildo. A política de assentamentos rurais no Estado do Amapá. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 9, n. 3, p. 145-171, dez, 2016.

FONTELLES, Mauro J. *et al.* Metodologia da Pesquisa Científica: Diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina** (Impresso), p. “n.p”, 23 set. 2009.

GIL, A. C. Todos as técnicas de pesquisa social. In: GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 06. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 1-210.

GOSCH, Marcelo. A Criação dos Assentamentos Rurais no Brasil e seus Desafios: algumas Considerações sobre Cerrado Goiano. **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, web, p. “n.p”, set. 2020.

GRISA, Cátia. A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: MDA, 2017. p. 290-311.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: Agricultura familiar**. Brasil: IBGE, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados 2021: Tuntum**: IBGE, 2021.

INCRA. Instituto Nacional Colonização e reforma agrária. Assentamentos: **modalidade**, 2020. Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/pt/assentamentosmodalidades.html>. Acesso em: 05 set. 2021.

KAGEYAMA, Angela. Diversificação das rendas nos domicílios agrícolas no Brasil, 1992 e 2001. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 12, n. 1, p. 65–86, 2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643075>. Acesso em: 15 fev. 2025.

MALYSZ, Paula; CHIES, Cláudia. A IMPORTÂNCIA DO PRONAF NA PERMANÊNCIA DO AGRICULTOR FAMILIAR NO CAMPO. **XXI encontro nacional de geografia agrária**, Uberlândia- MG, 2012. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1395\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/eixos/1395_1.pdf). Acesso em: 10 set. 2021.

MARCHETTI, Fabio *et al.* Caminhos da reforma agrária no Brasil e suas implicações para a agrobiodiversidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 284-311, 2020.

MATOS, Hierlen M. **A dinâmica da organização socioespacial do Assentamento Belém área do crédito fundiário no município de Tuntum-MA**, 2012. 233f Dissertação (Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2012.

MATTEI, Lauro. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. **Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro**, v. 20, n. 1, p. 301-325, dez. 2012.

NEVES, Evandro Carlos Costa; SCHMITZ, Heribert. Um balanço da operacionalização do PRONAF em Marabá e suas implicações em um Assentamento Rural entre 2013 e 2019. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 24, n. 2, 2021.

NUNES, Emanuel M.; RODRIGUES, Fábio; ESCOBAR, Camila. identificando os determinantes da inadimplência contratual no Programa Agroamigo Crescer. **Geosul Florianópolis**, v. 36, n. 78, p. 280-2309, jan./abr, 2021.

OLIVEIRA, Maxwell. **METODOLOGIA CIENTÍFICA**, um manual para a realização de pesquisas em administração. Universidade Federal de Goiás Campus Catalão, Catalão, 2011. p 1-73.

PRETTO, José Miguel; HORN, Carlos Henrique. Uma avaliação do PRONAF no período 1995-2018. **Colóquio (Taquara.)**, Web, p. 35-49, 2019. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/1577>. Acesso em: 25 maio 2022.

SALES, F.M.G.; LIMA, P.V.P.S.; KHAN, A.S.; SANTOS, J.A.N. dos. Fatores determinantes da inadimplência do crédito rural nas áreas de concentração de fruteiras no Estado do Ceará. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, 44, 2006, Fortaleza. **Anais...Brasília: SOBER**. v. 1, 2006. p. 1-18

SANTANA, Eudes; SILVA Juliana. **POLÍTICA FUNDIÁRIA. uma análise sobre a criação de novos assentamentos de reforma agrária no Brasil**, VII semana econômica, 2018. Disponível em: [http://www.uesc.br/eventos/viiisemeconomia/anais/gt1/gt1\\_t6.pdf](http://www.uesc.br/eventos/viiisemeconomia/anais/gt1/gt1_t6.pdf). Acesso em: 07 nov. 2021.

SOLANO, Sarah, 2017. Dissertação (Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade). **Os Agricultores Familiares E Suas Estratégias De Gestão: O Pronaf B No Território Açumossoró Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró**, Mossoró, RN, 2017.

TROIAN, Alessandra; MACHADO, Edenilson. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: análise da evolução e distribuição entre 1999 e 2017.

**Desenvolvimento em Questão**, p. 109–128, 2020. Disponível em:

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/8489>.

Acesso em: 21 maio 2022.